SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – PROCESSO TRIBUTÁRIO 31

1.1. ENTENDENDO O BÁSICO – FORMAS DE PROCESSO TRIBUTÁRIO 31
1.2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA 33

CAPÍTULO 2 – PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL 39

2.1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL 39
2.1.1. Princípio da legalidade 39
2.1.2. Impessoalidade 41
2.1.3. Moralidade 43
2.1.4. Publicidade 44
2.1.5. Eficiência 55
2.1.6. Inafastabilidade do Controle Jurisdicional das Decisões Administrativas 56
2.1.6.1. Coisa julgada na esfera administrativa? 59
2.1.6.2. Aprofundamento: Cabe ação popular para anular decisão do CARF? 68
2.1.7. Devido processo legal 69
2.1.8. Contraditório e ampla defesa 71
2.1.8.1. Amicus Curiae no Processo Administrativo Tributário 73
2.1.9. Duração razoável do processo 79
2.1.9.1. Aprofundamento: Da (Im)possibilidade de aplicação da prescrição intercorrente em processo administrativo fiscal (PAF) que discute penalidades aduaneiras 84
2.1.10. Motivação das decisões 86
2.1.11. Segurança jurídica 89
2.1.11.1. Aprofundamento: venire contra factum proprium 93
2.2. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL – NÃO CONTENCIOSO: CONSULTA 96
2.2.1. Da Legitimidade para Formular Consulta 97
2.2.2. Dos efeitos da consulta 98
2.2.3. Dos requisitos da Consulta 99

2.2.4. Da competência para a solução da consulta 100
2.2.5. Da ineficácia da consulta 100
2.2.6. Da solução da consulta 101
2.2.7. Da mudança de entendimento 102
2.2.8. Do recurso especial 102
2.2.9. Da representação 103
Aprofundando um pouco mais 103
2.3. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF) – FEDERAL 105
2.3.1. Um fluxograma simplificado 105
2.3.2. Fase de Instauração 107
2.3.3. Fase de impugnação 120
2.3.3.1. Aprofundamento: Formação de CDA sem processo administrativo 122
2.3.3.2. Forma de Apresentação da Impugnação 123
2.3.3.3. Requisitos da Impugnação 123
2.3.3.4. Aprofundamento: reflexões sobre o Acesso ao Poder Judiciário 127
2.3.3.5. Composição extrajudicial pela AGU x proposta de transação tributária 136
2.3.4. Intimações 139
2.3.5. Julgamento e questões correlatas 142
2.3.5.1. Competência para Julgamento das Impugnações 142
2.3.5.2. Prioridade de Julgamento 144
2.3.5.3. Ordem de Julgamento e Prazos 146
2.3.5.4. Livre Convencimento Motivado 147
2.3.5.5. Ônus da prova 147
2.3.5.6. Decisão do Processo Administrativo Fiscal 150
2.3.5.7. Questões Preliminares 150
2.3.5.8. Reconhecimento de Inconstitucionalidade de Norma 151
2.3.5.9. Reconhecimento de inconstitucionalidade de ato administrativo 158
2.3.6. Fase recursal 160
2.3.6.1. Embargos de declaração 162
2.3.6.1.1. Procedimento para interposição dos embargos 163
2.3.6.1.2. Admissibilidade e decisão 163
2.3.6.1.3. Ciência do Acórdão 164
2.3.6.1.4. Erros materiais 164
2.3.6.2. Recurso Voluntário e Recurso de ofício 165
2.3.6.2.1. Recurso voluntário 165
2.3.6.2.2. Inconstitucionalidade do depósito prévio ou arrolamento de bens como condição de procedibilidade de recurso 166

2.3.6.2.3. Recurso de ofício ou "Remessa Obrigatória" 167
2.3.6.3. CARF 169
2.3.6.3.1. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) 169
2.3.6.3.2. Escolha e designação de Conselheiros 170
2.3.6.3.3. Mandato dos Conselheiros 170
2.3.6.3.4. Presidência e Estrutura do CARF 170
2.3.6.3.5. Atualizações do Regimento Interno do CARF 171
2.3.6.3.6. Designação dos Presidentes e Vice-Presidentes 171
2.3.6.3.7. O voto de qualidade no CARF 171
2.3.6.3.8. Aprofundamento: Validade dos julgamentos proferidos no CARF com base no voto de qualidade previsto no art. 25, § 9º, do Decreto 70.235/72 173
2.3.6.3.9. Aprofundamento: a impossibilidade de aplicação retroativa do artigo 28 da Lei nº 13.988/20, que adicionou o artigo 19-E à Lei nº 10.522/02 174
2.3.6.4. Recurso Especial 178
2.3.6.4.1. Recurso Especial 178
2.3.6.4.2. Função Uniformizadora 178
2.3.6.4.3. Competência e Prazos 179
2.3.6.4.4. Distinção do Recurso Especial (STJ) 179
2.3.6.4.5. Procedimento 180
2.3.6.4.6. Disposições do Regimento Interno 180
2.3.6.5. Do Agravo 181
2.3.6.5.1. Situações de não Cabimento do agravo 181
2.3.6.5.2. Procedimento do agravo 182
2.3.6.6. Pedido de reconsideração 182
2.3.6.6.1. Natureza e Função 182
2.3.6.6.2. Inadmissibilidade no Processo Administrativo Fiscal Federal 183
2.3.6.6.3. Possibilidade nas Esferas Estaduais e Municipais 183
2.3.6.7. Das súmulas 183
2.3.6.7.1. Edição e aprovação de Súmulas 184
2.3.6.7.2. Proposição de Súmulas 184
2.3.6.7.3. Revisão e Cancelamento de Súmulas 184
2.3.6.7.4. Iniciativa de Súmulas 184
2.3.6.7.5. Procedimento e Eficácia das Súmulas 185
2.3.6.7.6. Efeito Vinculante das Súmulas 185
2.3.6.8. Do pedido de desistência 185
2.3.6.8.1. Procedimento de Desistência 186

2.3.6.8.2. Efeitos da Desistência 186
2.3.6.8.3. Desistência e Parcelamento 186
2.3.6.8.4. Limitações da desistência 187
2.3.7. Encerramento do PAF 187
2.3.8. Cumprimento da Decisão 187
2.3.9. Conversão de depósito em renda 187
2.3.10. Insuficiência ou Excesso de Depósito 188
2.3.11. Execução da perda de mercadorias ou bens 188
2.3.12. Julgados relevantes: 188
2.3.13. O que muda com a Reforma Tributária no Processo Administrativo Tributário? 191
2.3.13.1. Introdução 191
2.3.13.2. Das Disposições da LC 214/2025 sobre a Administração Tributária do IBS e da CBS 192
2.3.13.2.1. Estrutura de Governança Compartilhada (Art. 317) 192
2.3.13.2.2. Instâncias de Harmonização Tributária e Jurídica (Arts. 318 e 319) 193
2.3.13.2.3. Regras de Funcionamento dos Órgãos Colegiados (Art. 320) 194
2.3.13.2.4. Atos Conjuntos e Normas Vinculantes (Art. 323) 194
2.3.13.2.5. Consulta tributária do IBS e da CBS (Novidade da LC 227/2026 — Arts. 323-A a 323-F) 195
2.3.13.2.6. Fiscalização e Lançamento de Ofício (Arts. 324 a 327) 197
2.3.13.2.7. Procedimento Fiscal Padronizado (Arts. 328 a 331) 198
2.3.13.3. O Processo Administrativo Tributário do IBS na LC 227/2026 199
2.3.13.3.1. Abrangência do Processo Administrativo (Art. 54) 200
2.3.13.3.2. Princípios do Processo Administrativo Tributário (Art. 55) 200
2.3.13.3.3. Processo Eletrônico Obrigatório: Atos e Termos Processuais (Arts. 56 a 58) 202
2.3.13.3.4. Intervenção no Processo e Garantias Processuais (Arts. 59 a 61) 202
2.3.13.3.5. Prazos Processuais e Contagem de Tempo (Arts. 62 e 63) 203
2.3.13.3.6. Intimações Eletrônicas e Intimação Ficta (Art. 64) 204
2.3.13.3.7. Vícios e Nulidades no Processo Administrativo (Arts. 65 e 66) 204
2.3.13.3.8. Instauração do Contencioso e Impugnação (Art. 67) 207

2.3.13.3.9. Diligências e Poderes Instrutórios do Julgador (Arts. 69 a 71) 209
2.3.13.3.10. Desistência e Revelia (Arts. 72 e 73) 209
2.3.13.3.11. Provimentos Vinculantes no Contencioso do IBS (Art. 74) 210
2.3.13.3.12. Espécies Recursais: Visão Geral (Art. 75) 211
2.3.13.3.13. Órgãos de Julgamento: Estrutura e Composição (Arts. 88 a 90) 215
2.3.13.3.14. Primeira Instância de Julgamento (Arts. 91 e 92) 217
2.3.13.3.15. Segunda Instância de Julgamento (Arts. 93 e 94) 217
2.3.13.3.16. Câmara Superior do IBS – Instância de Uniformização (Arts. 95 e 96) 218
2.3.13.3.17. Representação da Fazenda Pública (Art. 97) 219
2.3.13.3.18. Garantias, Deveres e Mandato dos Julgadores (Arts. 98 a 101) 220
2.3.13.3.19. Casos Omissos e Competência Normativa do CGIBS (Art. 102) 221
2.3.13.4. Implicações Práticas e Visão Sistêmica 221
2.3.13.5. O Código de Defesa do Contribuinte (LC 225/2026) e seus Reflexos no Processo Administrativo Tributário 222
2.3.13.5.1. Contextualização 222
2.3.13.5.2. Deveres da Administração Tributária e a Nova Lógica de Conformidade (Art. 3º) 222
2.3.13.5.3. Direitos do Contribuinte com Reflexos Processuais (Art. 4º) 223
2.3.13.5.4. Deveres do Contribuinte e a Cooperação Recíproca (Art. 5º) 224
2.3.13.5.5. Resolução Cooperativa de Controvérsias e Transparência Digital (Arts. 6º e 7º) 224
2.3.13.5.6. O Devedor Contumaz e seus Reflexos Processuais (Arts. 11 a 17) 225
2.3.13.5.7. Síntese: A Convergência Normativa 226
2.3.13.6. Considerações Finais 227
2.3.13.7. A LC 236/2026 e o novo Capítulo IV do CTN: normas gerais do processo administrativo fiscal para todos os entes (arts. 208-A a 208-J e 211-B) 228
2.3.13.7.1. Abrangência, garantias e duplo grau (art. 208-A) 228
2.3.13.7.2. Auto de infração (art. 208-B) 229
2.3.13.7.3. Julgamento, recursos e prazos (arts. 208-C e 208-D) 229
2.3.13.7.4. Renúncia à esfera administrativa (art. 208-E) 231
2.3.13.7.5. Motivação e publicidade das decisões (art. 208-F) 231

2.3.13.7.6. Efeito vinculante, vinculação da administração e sobrestamento (arts. 208-G, 194-A e 208-J) 231
2.3.13.7.7. Nulidades (art. 208-H) 231
2.3.13.7.8. Ritos diferenciados (art. 208-I) e compartilhamento de estrutura (art. 199-A) 231
2.3.13.7.9. Prazo de adaptação e aplicação direta (arts. 211-A e 211-B) 232

CAPÍTULO 3 – AÇÕES EXACIONAIS 239

3.1. EXECUÇÃO FISCAL 239
3.1.1. A Execução Fiscal como Instrumento Arrecadatório 239
3.1.2. Caráter social da Execução Fiscal: isonomia e igualdade 241
3.1.3. Formação do título executivo – CDA (arts. 1º a 3º) 246
3.1.4. Microssistema da Lei de Execução Fiscal e o princípio da especialidade 246
3.1.5. Aprofundamento: nova lei de execução fiscal e o CPF/CNPJ do devedor 250
3.1.6. A Teoria do Diálogo das Fontes: celeridade e efetividade 250
3.1.7. Aprofundamento – Possibilidade de suspensão de passaporte/CNH pela Fazenda na execução fiscal: uma análise moral, jurídica e sistemática do HC 453870 julgado pelo STJ 256
3.1.8. Inscrição em dívida ativa – CDA 268
3.1.8.1. Conceito 268
3.1.8.2. Execução Fiscal: crédito tributário e não tributário 270
3.1.8.3. Inclusão de Encargos na Dívida Ativa 273
3.1.8.4. Inscrição em dívida ativa e os seus efeitos 273
3.1.8.5. Suspensão do prazo prescricional aplicada somente aos créditos não tributários 278
3.1.8.6. Projeto de Lei 2.488/2022 – controle de legalidade 279
3.1.9. Créditos que são inscritos em dívida ativa 280
3.1.9.1. Créditos Tributários 280
3.1.9.2. Créditos não tributários 280
3.1.9.3. Aprofundamento – Multa Penal 294
3.1.10. Créditos que não são inscritos em dívida ativa 302
3.1.11. Elementos do termo de inscrição em dívida ativa 312
3.1.12. Emenda da CDA 319
3.1.12.1. Aprofundamento – pergunta-se: e caso quando proposta a execução fiscal o devedor já era falecido, pode substituir a CDA para fazer constar que a execução fiscal deve ser em face do espólio ou dos herdeiros? 326
3.1.12.2. Aprofundamento: desnecessidade de alteração da CDA quando ocorre sucessão empresarial sem informar oportunamente ao fisco 330

3.1.13. Efeitos práticos da inscrição em dívida ativa 337
3.1.13.1. Aprofundamento: Fraude à execução 345
3.1.13.2. Aprofundamento: Protesto extrajudicial – LC 208/2024 – Interrupção do prazo prescricional 369
3.1.13.3. Aprofundamento: Operação de venda definitiva de patrimônio público ou "cessão de direitos creditórios" da Fazenda Pública – "Venda da CDA" 376
3.1.14. Análise crítica da LC 208/2024 383
3.1.15. Presunção de Certeza e Liquidez (art. 3º) 389
3.1.16. Teoria da carga dinâmica do ônus da prova 390
3.1.17. Outros julgados relevantes sobre a inscrição em dívida ativa 391
3.1.18. Competência (art. 5º) 397
3.1.18.1. Princípio da Perpetuação da Jurisdição 397
3.1.18.2. Breve resumo 398
3.1.18.3. Do fim da competência federal delegada 400
3.1.18.4. Do foro competente para a execução fiscal e para as ações em que Estados e Distrito Federal figurem como partes (art. 46, § 5º, e art. 52, caput e parágrafo único) – STF 405
3.1.18.5. Outros temas relacionados à competência 408
3.1.18.6. Competência Territorial e Material 409
3.1.18.7. Declinação de Competência 409
3.1.19. Conexão de Ações 410
3.1.20. Legitimidade ativa e passiva (art. 4º) 412
3.1.20.1. Legitimidade ativa 412
3.1.20.1.1. Aprofundamento: Legitimidade do Ministério Público em execuções fiscais e relevância social 450
3.1.20.2. Legitimidade Passiva 452
3.1.20.3. Ônus da Prova 454
3.1.20.4. Quanto ao art. 4º. I – o devedor 457
3.1.20.4.1. Execução de Empresas Individuais 457
3.1.20.4.2. Consórcio de Empresas como Sujeito Passivo da Execução Fiscal 460
3.1.20.5. Quanto ao inciso II – o fiador 461
3.1.20.6. Quanto ao inciso III – espólio – e ao inciso VI – sucessores 462
3.1.20.6.1. Aprofundamento: Obrigação da Fazenda de identificar o representante do espólio na inicial da execução fiscal (Info 832/STJ – AREsp 2.670.058/TO) 469
3.1.20.6.2. Sucessão "regular" do Devedor – pessoa jurídica 471
3.1.20.6.3. Distrato Social 471
3.1.20.6.4. Fusão ou Incorporação 473

3.1.20.6.5. Alienação de Fundo de Comércio 473
3.1.20.6.6. Quanto ao inciso IV – a massa 473
3.1.20.6.7. Quanto ao inciso V – o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado 474
3.1.20.6.8. Redirecionamento da execução fiscal 475
3.1.20.6.9. Situações que Justificam o Redirecionamento 475
3.1.21. Aprofundamento – (In)compatibilidade do Instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica na Execução Fiscal 495
3.1.22. Direto ao ponto quanto às conclusões e unanimidades 506
3.1.22.1. Aprofundamento – responsabilidade de grupos econômicos – Art. 124 do CTN 509
3.1.23. Breve resumo de tudo – hipóteses em que se admite o redirecionamento 517
3.1.24. Breve resumo de tudo – hipóteses em que não se admite o redirecionamento 518
3.1.25. Projeto de Lei 2.488/2022 – redirecionamento e IDPJ 519
3.1.26. Fluxo do Processo Judicial Tributário e esquemas 520
3.1.26.1. Petição Inicial e Execução da CDA 522
3.1.26.2. Presunção de Liquidez e Certeza 522
3.1.26.3. Fluxo da obrigação tributária 522
3.1.27. Da petição inicial (art. 6º) 523
3.1.27.1. Aprofundamento: Ajuizamento seletivo para a propositura da execução fiscal federal 526
3.1.27.2. Aprofundamento: Requisitos para a execução fiscal de "pequeno valor" – extinção pelo Poder Judiciário 527
3.1.27.3. Aprofundamento crítico 533
3.1.27.4. Do projeto de Lei 2.488/2022 541
3.1.28. Da citação (arts. 7º e 8º) 545
3.1.28.1. Despacho do juiz (art. 7º da LEF) 546
3.1.28.2. Fixação de Honorários Advocatícios 547
3.1.28.3. Interrupção da Prescrição pelo Despacho de Citação 549
3.1.28.4. Modalidades de Citação 551
3.1.28.4.1. Aprofundamento: Citação por AR na Execução Fiscal – Desnecessidade de Assinatura Pessoal 553
3.1.28.5. Nomeação de Curador Especial 554
3.1.28.6. Executado Domiciliado no Exterior 555
3.1.29. Garantia e penhora nas execuções fiscais (arts. 9º a 15) 555
3.1.29.1. Depósito em dinheiro 556
3.1.29.2. Fiança Bancária ou Seguro Garantia 558

3.1.29.2.1. Aprofundamento: (Im)possibilidade de seguro garantia e fiança bancária suspenderem a exigibilidade de créditos tributários e não tributários 565
3.1.29.3. Indicação de bens à penhora e aceitação de bens pela Fazenda Pública 569
3.1.30. Penhora (art. 10) 570
3.1.31. Ordem de Penhora, intimação e substituição dos bens penhorados (arts. 11 a 15) 572
3.1.32. Entendimentos jurisprudenciais sobre a penhora de bens 576
3.1.33. Substituição dos bens penhorados (art. 15) 620
3.1.34. Julgados relevantes 624
3.1.35. Defesa do executado (arts. 16 a 18) 629
3.1.35.1. A defesa do executado na execução fiscal – Embargos à Execução Fiscal 630
3.1.35.2. Natureza Jurídica 631
3.1.35.3. Cabimento 632
3.1.35.4. Garantia do Juízo: Condição de Procedibilidade dos Embargos à Execução Fiscal 635
3.1.35.5. Admissibilidade dos Embargos em caso de penhora insuficiente 636
3.1.35.6. Exceção: comprovação inequívoca de hipossuficiência patrimonial 638
3.1.35.6.1. Aprofundamento: O simples fato de ser beneficiário da justiça gratuita não dispensa, por si só, a garantia de apresentar os embargos à execução fiscal 640
3.1.35.6.2. Aprofundamento: Embargos à execução opostos por curador especial. Dispensa do oferecimento de garantia 641
3.1.35.7. Termo Inicial para os Embargos à Execução Fiscal – Tempestividade da Oposição 641
3.1.35.7.1. Aprofundamento: Prazo para embargos à execução fiscal e o aceite judicial do seguro garantia – REsp 2.185.262-RJ (Info 838) 645
3.1.35.8. Diferença entre os Embargos do Devedor e Embargos à Execução Fiscal 645
3.1.35.9. Múltiplas Penhoras e o Início do Prazo para Embargos 646
3.1.35.10. Prazo para Embargar nos Casos de Execução por Carta Precatória 646
3.1.35.11. Reabertura do Prazo para Embargos 646
3.1.35.12. Prazo para Embargar nos Casos de Múltiplos Executados 647
3.1.35.13. Prazo para Embargar sem a Necessidade de Garantia Prévia 647
3.1.35.14. Aprofundamento: O prazo para Embargar para empresas falidas e as Alterações da Lei de Recuperações e Falências 648
3.1.35.15. Efeito Suspensivo dos Embargos e Aplicação Subsidiária do CPC 650

3.1.35.16. A Amplitude da discussão em sede de Embargos 654
3.1.35.17. Matérias Vedadas em Sede de Embargos 655
3.1.35.17.1. Aprofundamento: O pedido de habilitação de créditos apresentado ao fisco acarreta a suspensão do prazo prescricional para o pleito compensatório 657
3.1.35.18. Honorários na Lei de Execução Fiscal (art. 26) 660
3.1.35.18.1. Aprofundamento: Possibilidade de aplicação do princípio da equidade e proporcionalidade, previsto no art. 85, § 8º, do CPC, para afastar a fixação de honorários advocatícios em valor exorbitante (Tema 1255 do STF) 663
3.1.35.19. As provas a serem produzidas: a obrigação do Embargante 669
3.1.35.20. A ausência de impugnação aos Embargos e os efeitos da revelia 670
3.1.36. A Sentença e a Esfera Recursal na Execução Fiscal 671
3.1.36.1. A Sentença nos Embargos 671
3.1.36.2. Recursos Contra a Sentença 671
3.1.36.2.1. Agravo de Instrumento 671
3.1.36.2.2. Remessa necessária 672
3.1.36.3. Embargos Infringentes de Alçada 676
3.1.37. Exceção de pré-executividade 679
3.1.37.1. Conceito, Histórico e Natureza Jurídica da Exceção de Pré-Executividade 680
3.1.37.2. Objeto e Hipóteses de Cabimento 682
3.1.37.3. Procedimento 687
3.1.37.4. Cabimento de Honorários 688
3.1.37.5. Aprofundamento: Crítica ao alargamento e uso abusivo da Exceção de Pré-Executividade nas Execuções Fiscais 697
3.1.37.6. Outras jurisprudências relevantes sobre os meios de defesa 698
3.1.37.7. Aprofundamento: É cabível exceção de pré-executividade após o julgamento de embargos à execução fiscal? (REsps 2.130.489-RJ vs 2.045.492-RJ – divergência) 709
3.1.38. Demais disposições sobre execução fiscal (arts. 19 ao 41) 710
3.1.38.1. Alienação Antecipada 712
3.1.38.2. Arrematação por preço vil 715
3.1.38.3. Parcelamento da Arrematação 715
3.1.38.4. Alienação por iniciativa particular 717
3.1.38.5. Jurisprudência 719
3.1.38.6. Adjudicação: Aspectos e Aplicações 721
3.1.38.6.1. Jurisprudência 723
3.1.38.7. Natureza da Decisão de Primeira Instância 725
3.1.38.8. Condenação em Honorários 725

3.1.38.9. Requisitos para a Reunião de Processos 729
3.1.38.10. O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público 730
3.1.38.10.1. Aprofundamento: consequências do julgamento da ADPF 357 734
3.1.38.11. O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público e a questão dos honorários advocatícios 734
3.1.38.11.1. A tese fixada pelo STF no Tema 1.220 735
3.1.38.11.2. Fundamentos da decisão 735
3.1.38.11.3. Divergência vencida 735
3.1.38.11.4 Consequências práticas da decisão 736
3.1.39. Recuperação Judicial e Falência – impactos e a relação com a Execução Fiscal 736
3.1.39.1. Execução Fiscal e os Processos de Falência e Recuperação Judicial 737
3.1.39.1.1. Falência 737
3.1.39.1.2. Execução Fiscal Autônoma 742
3.1.39.1.3. Competência para Classificação de Créditos e Possibilidade de Redirecionamento 743
3.1.39.1.4. Suspensão da Execução Fiscal 749
3.1.39.1.5. Art. 191 do CTN: Extinção das Obrigações do Falido 753
3.1.39.1.6. Repercussões da Decretação da Falência nos Privilégios e na Exigibilidade do Crédito Fiscal 754
3.1.39.1.7. Prescrição Ordinária e Intercorrente na Execução Fiscal em Face de Massa Falida 756
3.1.39.1.8. Execução Fiscal x Recuperação Judicial 758
3.1.39.1.9. Aprofundamento: Penhora de bens de empresa em recuperação judicial – delimitação de competências após a Lei n. 14.112/2020 764
3.1.39.1.10. Em resumo 766
3.1.40. Art. 38: Discussão Judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública 769
3.1.40.1. Mandado de Segurança 770
3.1.40.2. Ação Anulatória e Ação Declaratória 771
3.1.40.3. Ação de Repetição de Indébito 772
3.1.40.4. Isenção de emolumentos cartorários 773
3.1.40.5. Isenção de Atos Judiciais 773
3.1.40.6. Ressarcimento de Custas 774
3.1.41. Prescrição intercorrente da execução fiscal 778
3.1.41.1. Aprofundamento: Casos especiais 797
3.1.41.2. Aprofundamento: Interrupção da prescrição intercorrente por bloqueio de bens via SISBAJUD ou CNIB – Info 839/STJ 797

3.1.42. Julgados relevantes em execução fiscal 799
3.1.43. Principais Novidades do Projeto de Lei 2.488/2022 em Relação à Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/1980) 815
3.2. MEDIDA CAUTELAR FISCAL 817
3.2.1. Medida Cautelar Fiscal: Noções Gerais 818
3.2.2. Fundamentos da Medida Cautelar Fiscal 819
3.2.3. Legitimidade Ativa 819
3.2.4. Espécies de Medidas Cautelares Fiscais 819
3.2.5. Medida Cautelar Fiscal Sem Crédito Constituído: exceções 820
3.2.5.1. Taxatividade 824
3.2.5.2. Ônus da Prova 825
3.2.5.3. Créditos Suspensos e jurisprudência 825
3.2.5.4. Art. 2º da Lei 8.397/1992: Medida Cautelar Fiscal – Sujeito Passivo e grupos econômicos 827
3.2.6. Medida Cautelar Fiscal Contra a Fazenda Pública 832
3.2.6.1. Autonomia das Hipóteses de Cabimento e breves comentários aos incisos do art. 2º 833
3.2.7. Art. 3º – Requisitos para Concessão da Medida Cautelar Fiscal 839
3.2.7.1. Necessidade de Concessão da Liminar 839
3.2.7.2. Recurso Cabível 839
3.2.7.3. Requisitos para Concessão da Liminar 839
3.2.8. Art. 4º – Efeitos da Decretação da Medida Cautelar Fiscal 840
3.2.8.1. Limites e responsabilidade 840
3.2.9. Competência 842
3.2.10. Art. 6º Requisitos da petição inicial – necessidade de fundamentação 844
3.2.11. Citação 846
3.2.11.1. Art. 9º – Revelia 846
3.2.11.2. Intimação para Conciliação ou Mediação 847
3.2.12. Prazo para Propor Medida Cautelar Fiscal Preparatória 848
3.2.13. Tratamento no CPC 848
3.2.13.1. Natureza do Prazo 849
3.2.13.2. Início do Prazo e Exigibilidade Administrativa 849
3.2.13.3. Ausência de prazo em Dobro 850
3.2.14. Pendência da Eficácia – art. 13 850
3.2.15. Revogação da Medida Cautelar Fiscal 851
3.2.16. Eficácia na Suspensão do Crédito Fiscal 851
3.2.17. Apensamento da Ação Cautelar 853
3.2.18. Efeitos, na Execução Fiscal, do Indeferimento da Medida Cautelar Fiscal (artigo 15) 854

3.2.19. Inexistência de Coisa Julgada Material na Medida Cautelar Fiscal e Efeitos na Execução Fiscal – art. 16 855
3.2.20. Apelação na Medida Cautelar Fiscal 856

CAPÍTULO 4 – PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO – AÇÕES ANTIEXACIONAIS 857

4.1. AÇÃO ANULATÓRIA 857
4.1.1. Distinções entre Ação Anulatória, Ação Declaratória e Ação de Repetição de Indébito 858
4.1.2. Tipos e características da ação anulatória 860
4.1.3. Competência para Ação Anulatória 862
4.1.4. Ação Anulatória Proposta em Vara Comum e Criação Posterior de Vara Especializada em Execuções Fiscais 864
4.1.5. Ação Anulatória vs Embargos à Execução Fiscal 865
4.1.6. Prescrição 868
4.1.7. Depósito Preparatório e Suspensão Da Exigibilidade Do Crédito Tributário .871
4.1.8. Outras Hipóteses de Suspensão 872
4.1.9. Jurisprudências relevantes 874
4.2. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO 876
4.3. APROFUNDAMENTO: DIREITO À RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS CUJO RECOLHIMENTO INDEVIDO TENHA SIDO COMPROVADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 894
4.4. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO 895
4.4.1. Aprofundamento: Requisitos para a ação de consignação em pagamento com base no art. 164, III, do CTN 897
4.4.2. Necessidade de depósito integral do crédito tributário 897
4.5. AÇÃO DECLARATÓRIA 899
4.5.1. Diferença entre Ação Declaratória Pura e Ação Declaratória Mista 900
4.5.2. A Ação Declaratória e o Art. 38 da Lei de Execuções Fiscais 901
4.5.3. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica – interesse de agir 901
4.5.4. Lançamento para Prevenir Decadência 903
4.5.5. Ação Declaratória Incidental 906
4.6. OFERECIMENTO CAUTELAR DE CAUÇÃO 907
4.7. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA 911
4.7.1. As características do MS 912
4.7.1.1. Aprofundamento: O mandado de segurança não é o instrumento processual adequado para o controle abstrato de constitucionalidade de leis e atos normativos 918
4.7.2. Vedação à concessão de liminar 933
4.7.2.1. Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 1 935
4.7.3. Prova Pré-constituída 939

4.7.3.1. Aprofundamento: direito à compensação na visão do STJ – Parte 2 – limites e possibilidades – com base no REsp n. 2.135.870/SP 943
4.7.4. Uso abusivo do Mandado de Segurança 948
4.7.5. Desistência em Mandado de Segurança 949
4.7.6. (In)viabilidade de intervenção em processo de MS 951
4.7.7. Falecimento da Parte em Mandado de Segurança 952
4.7.8. Julgados relevantes 953
4.8. AÇÕES COLETIVAS: LEGITIMIDADE DAS ASSOCIAÇÕES NAS DEMANDAS TRIBUTÁRIAS ENVOLVENDO DIREITOS DOS ASSOCIADOS 961
4.8.1. Ação tributária antiexacional proposta por associação em defesa de direitos dos associados 961
4.8.2. Limitações das ações coletivas 976
4.8.3. Execução do julgado nas ações coletivas 976
4.8.3.1. Limites territoriais da eficácia subjetiva em ações propostas por sindicatos estaduais (Tema 1130 do STJ) 977
4.8.4. Honorários Sucumbenciais em ações coletivas em face da Fazenda Pública: Manutenção do entendimento da Súmula nº 345 do STJ 979
4.8.5. Ação Popular em matéria tributária 981
4.9. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO 982
4.9.1. Legitimidade Ativa e requisitos 983
4.9.2. Direitos Protegidos pelo Writ Coletivo 984
4.9.3. A Coisa Julgada no Writ Coletivo 984
4.9.4. Procedimentos e divergências da Coisa Julgada Coletiva 985
4.9.5. A Execução Individual do Julgado Coletivo 986
4.10. CESSAÇÃO DA EFICÁCIA DA COISA JULGADA 991
4.10.1. Aprofundamento: Ação rescisória e a adequação ao Tema 69/STF- Flexibilização da coisa julgada e a interpretação do art. 535, § 8º, do CPC (REsp 2.054.759-RS e REsp 2.066.696-RS) 1004
4.10.2. Ação Rescisória e Decisões do STF: Nova Baliza Temporal para Desconstituição da Coisa Julgada 1007
4.10.3. Coisa Julgada Inconstitucional no Microssistema dos Juizados Especiais 1010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1015